

CONCURSO PÚBLICO

029. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram. Abandonei os cadernos, não deixei que as moscas me comessem.

Assim, aos nove anos, ainda não sabia ler.

Ora, uma noite, depois do café, meu pai me mandou buscar um livro que deixara na cabeceira da cama. Novidade: meu velho nunca se dirigia a mim. E eu, engolido o café, beijava-lhe a mão, porque isso era praxe, mergulhava na rede e adormecia. Então, espantado, entrei no quarto, peguei com repugnância o antipático objeto e voltei à sala. Aí recebi ordem para me sentar e abrir o volume.

Meu pai determinou que eu principiasse a leitura. Principiei. Mastigando as palavras, gaguejando, gemendo uma cantilena medonha, indiferente à pontuação, saltando linhas, alcancei o fim da página, sem ouvir gritos. No meio do capítulo meu pai pôs-se a conversar comigo, perguntou-me se eu estava compreendendo o que lia. Explicou-me que se tratava de uma história, exigiu atenção e resumiu a parte já lida. Traduziu-me em linguagem de cozinha diversas expressões literárias. Alinhei o resto do capítulo, diligenciando penetrar o sentido da prosa confusa. E uma luzinha quase imperceptível surgia longe, apagava-se, ressurgia, vacilante, nas trevas do meu espírito.

Recolhi-me preocupado: os fugitivos, os lobos, o lenhador e outros personagens da história agitaram-me o sono. Dormi com eles, acordei com eles. À noite meu pai pediu novamente o volume, e a cena da véspera se reproduziu: leitura emperada, mal-entendidos, explicações. Na terceira noite fui buscar o livro espontaneamente, mas o velho estava sombrio e silencioso. E, no dia seguinte, quando me preparei para moer a narrativa, afastou-me com um gesto, carrancudo.

Nunca experimentei decepção tão grande. Era como se tivesse descoberto uma coisa muito preciosa e de repente a maravilha se quebrasse. E o homem que a reduziu a cacos, depois de me haver ajudado a encontrá-la, não imaginou a minha desgraça. A princípio foi desespero, sensação de perda e ruína, em seguida uma longa covardia, a certeza de que as horas de encanto eram boas demais para mim e não podiam durar.

(Graciliano Ramos. *Infância*. 5. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1961. Excerto adaptado)

01. A surpresa do narrador diante da solicitação do pai para que lhe trouxesse um livro deveu-se

- (A) à reconhecida dificuldade do pai, praticamente analfabeto, para praticar qualquer leitura.
- (B) ao receio que ele tinha do quarto do pai, cujo aspecto sombrio lhe causava desconforto.
- (C) à novidade desse acontecimento, já que era muito precária a comunicação entre ele e o pai.
- (D) à decisão do pai de permitir-lhe manusear os livros da casa, algo que ele desejava muito até aquela ocasião.
- (E) à disposição do pai em atender-lhe o desejo num horário em que costumava estar dormindo.

02. No tocante à experiência vivida com seu pai na descoberta da leitura, o narrador conclui que tal passagem

- (A) foi positiva, tendo prevalecido as lembranças do empenho desajeitado do pai para levá-lo a compreender o sentido do que estava lendo.
- (B) constituiu uma tentativa do pai de aproximar-se dele, frustrada pela sua incapacidade em reconhecer a sinceridade desse ato do pai.
- (C) mostrou-se desastrosa, na medida em que ao medo que sentia do pai passou a somar-se o que lhe despertava os personagens da história.
- (D) resultou em frustração, com a forma brusca como o pai passa a negar-lhe os momentos aprazíveis que lhe vinha proporcionando.
- (E) trouxe-lhe a segurança de que precisava e, ao fim, dissiparam-se todas as suas desconfianças em relação ao novo estado de espírito do pai.

03. Considerando o sentido que os dois-pontos (:) estabelecem na frase “Recolhi-me preocupado: os fugitivos, os lobos, o lenhador e outros personagens da história agitaram-me o sono...”, eles podem ser corretamente substituídos pelo termo:

- (A) pois.
- (B) mas.
- (C) quando.
- (D) todavia.
- (E) portanto.

04. Na seguinte frase do texto, o pai do narrador é caracterizado de maneira negativa:

- (A) E eu, engolido o café, beijava-lhe a mão, porque isso era praxe, mergulhava na rede e adormecia.
- (B) Meu pai determinou que eu principiasse a leitura. Principiei. Mastigando as palavras, gaguejando...
- (C) ... meu pai pôs-se a conversar comigo, perguntou-me se eu estava compreendendo o que lia.
- (D) Explicou-me que se tratava de uma história, exigiu atenção e resumiu a parte já lida.
- (E) Na terceira noite fui buscar o livro espontaneamente, mas o velho estava sombrio e silencioso.

05. Considere as seguintes frases do texto:

- A imobilidade e a insensibilidade me **aterraram**.
- Principiei. **Mastigando** as palavras, gaguejando...
- Alinhei o resto do capítulo, **diligenciando** penetrar o sentido da prosa...

Os termos em destaque nas frases são empregados como sinônimos, respectivamente, de

- (A) atemorizaram; pronunciando com pouca clareza; empenhando-se para.
- (B) surpreenderam; compreendendo vagamente; preparando-se para.
- (C) aterrorizaram; emitindo involuntariamente; desistindo de.
- (D) motivaram; lendo com dificuldade; atentando para.
- (E) chocaram; pronunciando com rapidez; furtando-se de.

06. O termo destacado na frase "... peguei **com** repugnância o antipático objeto e voltei à sala." forma uma expressão indicativa de

- (A) tempo.
- (B) modo.
- (C) dúvida.
- (D) finalidade.
- (E) intensidade.

07. A seguinte frase do texto caracteriza-se pelo emprego de palavras ou expressões em sentido figurado:

- (A) Ora, uma noite, depois do café, meu pai me mandou buscar um livro que deixara na cabeceira da cama.
- (B) Meu pai determinou que eu principiasse a leitura. Principiei.
- (C) No meio do capítulo meu pai pôs-se a conversar comigo, perguntou-me se eu estava compreendendo o que lia.
- (D) Explicou-me que se tratava de uma história, exigiu atenção e resumiu a parte já lida.
- (E) E uma luzinha quase imperceptível surgia longe, apagava-se, ressurgia, vacilante, nas trevas do meu espírito.

08. O emprego das vírgulas na frase "... uma noite, depois do café, meu pai me mandou buscar um livro que deixara na cabeceira da cama." atende à mesma regra de pontuação da norma-padrão da língua que se verifica em:

- (A) ... espantado, entrei no quarto, peguei com repugnância o antipático objeto...
- (B) Mastigando as palavras, gaguejando, gemendo uma cantilena medonha...
- (C) ... os fugitivos, os lobos, o lenhador e outros personagens da história agitaram-me o sono.
- (D) ... e a cena da véspera se reproduziu: leitura emperada, mal-entendidos, explicações.
- (E) E, no dia seguinte, quando me preparei para moer a narrativa..."

Leia o texto para responder às questões de números 09 e 10.

O último censo da educação superior brasileira deixa claro que o sistema de ensino superior está com dificuldades que _____ se arrastando ao longo dos últimos anos.

Com a crise sanitária da Covid-19, os problemas ficaram mais _____ e foram _____ pela aceleração na queda do número de alunos matriculados e pelos altos índices de evasão, criando uma situação _____ para grande parcela de instituições, principalmente às de pequeno porte do setor privado. Certamente o momento atual se apresenta como uma boa oportunidade para o início de grandes projetos de transformação institucional.

(Oscar Hipólito. Redes de colaboração: uma estratégia para o ensino superior. Folha de S.Paulo, *Caderno Opinião*. 07.04.2021. Adaptado)

09. Em conformidade com as regras de concordância da norma-padrão da língua, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) vêm ... evidentes ... escancarados ... insustentável
- (B) vem ... evidentes ... escancarados ... insustentáveis
- (C) vêm ... evidente ... escancarado ... insustentável
- (D) vem ... evidente ... escancarados ... insustentáveis
- (E) vêm ... evidente ... escancarados ... insustentáveis

10. Assinale a alternativa em que, na redação escrita a partir do texto, a colocação do pronome atende à norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) **Se** arrastam nos últimos anos as dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino superior.
- (B) Com a crise sanitária, acentuaram-**se** as dificuldades enfrentadas pelas universidades.
- (C) A queda nas matrículas no ensino superior não restringe-**se** mais a poucas instituições.
- (D) A situação atual já revela-**se** uma oportunidade de transformação das instituições.
- (E) Algumas instituições têm mostrado-**se** melhor preparadas para lidar com a atual crise.

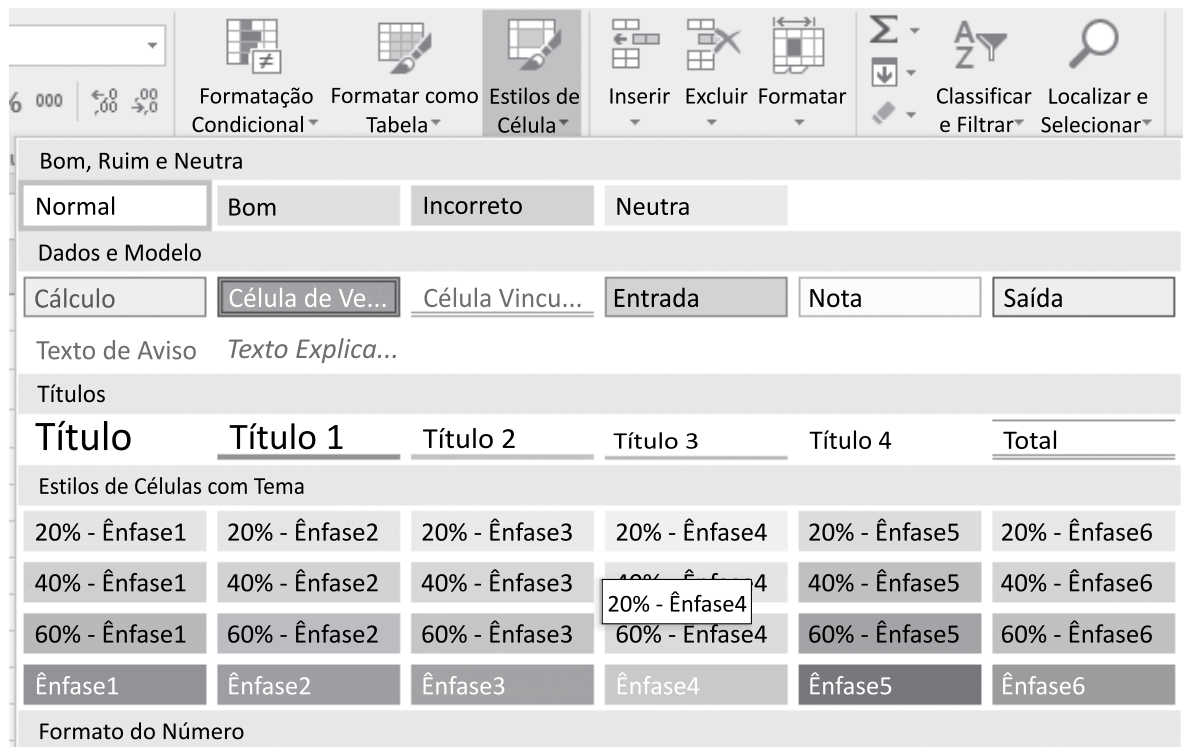
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode
- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
 - (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
 - (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
 - (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
 - (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

12. No MS-Word 2016, o “Pincel de Formatação” é utilizado para

- (A) alterar a cor da fonte de um texto para a última cor selecionada.
- (B) fazer desenhos à mão livre no documento.
- (C) aplicar um estilo pré-definido da guia “Layout” a partes de texto ou elementos gráficos.
- (D) aplicar um estilo pré-definido da guia “Design” a partes de texto ou elementos gráfico.
- (E) copiar a formatação de um texto ou elemento gráfico, como cor, fonte e borda, e colar em outro texto ou elemento gráfico.

13. A seguinte imagem foi extraída do MS-Excel 2016.



A funcionalidade de “Estilos de Célula”, ilustrada na imagem, é encontrada na guia:

- (A) Página Inicial.
 - (B) Formatação.
 - (C) Layout.
 - (D) Desenhar.
 - (E) Exibir.
14. As funcionalidades do item “Organizar”, na guia “Página Principal” do MS-PowerPoint 2016, incluem:
- (A) Organizar a ordem de apresentação dos objetos.
 - (B) Organizar a ordem de apresentação dos slides.
 - (C) Ordenar, agrupar, alinhar e girar objetos.
 - (D) Ordenar, agrupar e ocultar slides.
 - (E) Visualizar e editar a estrutura da apresentação.

15. A consulta para buscar os termos exatos “departamento pessoal” dentro do site da VUNESP, excluindo resultados de outros domínios que não sejam “vunesp.com.br”, com o buscador Google, é:

- (A) “departamento pessoal” IN vunesp.com.br
- (B) “departamento pessoal” url:vunesp.com.br
- (C) departamento pessoal in:vunesp.com.br
- (D) “departamento pessoal” site:vunesp.com.br
- (E) departamento pessoal url:vunesp.com.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal do Brasil de 1988 é classificada pela doutrina como constituição formal, dogmática e semirrígida.
- (B) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar o texto constitucional, respeitando-se sempre a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal, exercitado, no Brasil, pelo Congresso Nacional.
- (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, equiparam-se às emendas constitucionais, desde que respeitado o mesmo *quorum* qualificado para sua aprovação que aquele previsto às emendas constitucionais.
- (D) O artigo 5º, XII, da Constituição Federal é considerado pela doutrina como norma de eficácia plena.
- (E) Os artigos 6º e 7º, ambos da Constituição Federal, são considerados direitos humanos de 1ª geração, conforme a doutrina.

17. Quanto ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade é uma forma de controle difuso de constitucionalidade.
- (B) cabe exclusivamente ao Senado Federal a suspensão de execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, sem a necessidade de apreciação pela Câmara dos Deputados.
- (C) declarada a inconstitucionalidade *incidenter tantum* de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, o ato declarado inconstitucional operará, em regra, os efeitos *ex nunc* e *inter partes*.
- (D) o controle repressivo de constitucionalidade é realizado especificamente pelo poder executivo por intermédio do veto.
- (E) a declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo na ação direta de constitucionalidade, decidida pelo Supremo Tribunal Federal, pode ser reavaliada se trazidos novos argumentos que motivem nova interpretação da norma.

18. Considerando os direitos da nacionalidade e políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros naturalizados os estrangeiros, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) É assegurado ao brasileiro naturalizado o exercício de carreira diplomática, desde que preenchidos os requisitos legais.
- (C) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, com a obrigatoriedade do alistamento eleitoral aos maiores de dezesseis anos até os sessenta anos.
- (D) O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (E) São considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde seu nascimento e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

19. Com relação à administração pública, é correto afirmar que

- (A) o princípio da finalidade administrativa determina ao administrador o estrito cumprimento da estrita legalidade, com o dever de respeito aos princípios de razoabilidade e justiça no exercício da função pública.
- (B) é facultada ao município a contratação de temporária e sem concurso, desde que verificado o regular interesse público e a temporariedade da contratação.
- (C) é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar causa que tenha por objeto a abusividade de greve de servidores públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- (D) a acumulação de cargos públicos dos profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, é permitida, desde que limitados a três órgãos diversos da administração pública e não exceda o período diário de doze horas.
- (E) a teoria do risco administrativo consiste na responsabilidade civil objetiva do Poder Público pelos danos a que agentes públicos houverem dado causa. Assim, os elementos que compõem a estrutura da responsabilidade civil objetiva do Poder Público são: a alteridade do dano; a causalidade material entre o evento danoso e o comportamento positivo ou negativo do agente público; a oficialidade da atividade causal e lesiva imputável a agente do Poder Público, independentemente da licitude ou não do comportamento funcional e a ausência da causa excludente da responsabilidade estatal.

20. Com base nas Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.
- (B) A extinção do mandato do prefeito é causa impeditiva para instauração de processo pela prática dos crimes de responsabilidade.
- (C) A análise de absolvição é possível de ser aferida em *habeas corpus*, ainda que já extinta a pena privativa de liberdade.
- (D) A responsabilidade técnica por farmácia ou drogaria pode ser exercida pelo auxiliar de farmácia.
- (E) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública.

- (A) Reconhecida a força coercitiva dos princípios que regem o ordenamento jurídico, a inobservância a um deles gera uma ofensa a um mandamento obrigatório específico.
- (B) A desatenção ou falta de atenção, a princípio, por si só, não representa forma grave de ilegalidade ou inconstitucionalidade, porque não representa violação dos valores fundamentais.
- (C) A aprovação prévia em concurso público é exemplo de princípio constitucional implícito.
- (D) O dever de ausência de subjetividade na atuação do agente público não representa Princípio da Administração Pública.
- (E) O desrespeito a um princípio pode caracterizar a conduta como ato de improbidade administrativa.

22. Em se tratando de delegação de competência, a Lei nº 9.784/99 proíbe a possibilidade de transferência do exercício da competência para os órgãos inferiores na seguinte hipótese:

- (A) assinatura de termos de fomento e de seu respectivo termo aditivo.
- (B) julgamento de recursos administrativos.
- (C) assinar os atos de provimento e de posse de cargos efetivos.
- (D) firmar acordos de cooperação técnica internacional que envolva repasse de recursos.
- (E) suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração.

23. Considere que a Fundação Paraibana de Gestão em Saúde pretende comprar material de escritório para suprir as necessidades da instituição. Assinale a alternativa que se apresenta conforme a Lei de Licitações.

- (A) Sempre que possível, as compras deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
- (B) As condições de aquisição e de pagamento das compras serão idênticas aos do setor privado.
- (C) A compra dar-se-á em parcela única.
- (D) A Administração está obrigada a comprar diante da existência de preços registrados.
- (E) Uma vez eleito o sistema de registro de preços, a ata poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) meses.

24. A empresa XPTO valeu-se de condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP) para sagrar-se vencedora em determinado processo Licitatório. Depois de assinado o contrato, confirmou-se que a receita da contratada era incompatível com o seu enquadramento como EPP e que a XPTO fraudou documento para vencer o certame. Sobre a possibilidade de responsabilização, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas podem ser responsabilizadas em casos de corrupção, desde que haja comprovação de culpa.
- (B) A Lei Anticorrupção atinge apenas as pessoas jurídicas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional.
- (C) Por meio do Acordo de Leniência, se uma empresa cooperar com as investigações, ela pode conseguir uma redução das penalidades.
- (D) Uma vez punida a pessoa jurídica na esfera contratual fica prejudicada a responsabilização da empresa pela Lei Anticorrupção.
- (E) A Lei Anticorrupção pode ser aplicada apenas pela União e pelos estados, sendo vedada sua aplicação no âmbito dos municípios.

25. Com relação ao poder de polícia de trânsito, diante da possibilidade de o poder público alugar equipamento de fiscalização de velocidade (radar) para tirar as fotos dos veículos, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi transferido ao particular o exercício do Poder de Polícia.
- (B) Trata-se de exemplo de privatização da fiscalização do trânsito.
- (C) A delegação do poder de polícia se opera desde que autorizada por Lei.
- (D) A execução das fotos não é considerada ato instrumental de polícia.
- (E) As multas, verdadeiros atos de polícia, serão aplicadas pelo poder público.

26. Em se tratando de bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime dominial dos bens públicos, apesar de peculiar, assemelha-se ao regime privatístico ao remeter o proprietário à tutela jurisdicional, em caso de turbação ou esbulho possessório.
- (B) Pelo instituto da autotutela, a Administração, mediante a existência de texto de lei autorizativo, age diretamente, valendo-se dos meios comuns de defesa da propriedade, em geral.
- (C) O Poder Público somente deve adotar a autocontenção no exercício do poder de autotutela quando houver dúvida fundada sobre a situação controvertida, havendo risco de reversão da medida por provocação dos administrados na via judicial.
- (D) A pessoa jurídica de direito público desapossada de imóvel de uso comum ou especial poderá, a qualquer tempo, valer-se da autotutela para recuperar a posse do bem, sendo vedado se servir de ação de reintegração de posse.
- (E) Mediante a autotutela o Estado protege a coisa, em sua constituição física, impedindo-lhe a degradação, porém não protege a coisa do mau uso ou desvirtuamento do uso por parte de terceiros que possam deteriorá-la.

27. Quanto ao Controle externo, controle parlamentar e controle do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- (A) Por previsão expressa da Constituição Federal, as decisões dos Tribunais de Contas de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (B) O parecer prévio do Tribunal de Contas tem caráter vinculativo e subsidia o Poder Legislativo na tomada de decisão sobre contas de governo.
- (C) A competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi deslocada constitucionalmente para o Poder Legislativo.
- (D) As contas de gestão são as contas anuais, que explicitam a atividade financeira do ente federado no exercício financeiro findo e que têm, no chefe do Poder Executivo, o responsável.
- (E) As contas de governo são submetidas a julgamento técnico pelos tribunais de contas, que poderão, em caso de irregularidade constatada, aplicar sanções.

DIREITO CIVIL

28. Quanto ao parcelamento do solo urbano, assinale a alternativa correta.

- (A) As conversões de uso de solo rural para urbano dependem também de prévia audiência do INCRA.
- (B) Para fins de urbanização, o parcelamento do solo é permitido em terrenos alagadiços.
- (C) A lei define, ainda, uma área mínima para o lote, 250 m², e uma testada mínima (dimensão da frente) de 5 (cinco) metros.
- (D) A avaliação sobre a possibilidade de autorizar um loteamento ou desmembramento é ato vinculado da administração pública.
- (E) O desmembramento do lote exige a abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos.

29. O fato jurídico se prova através

- (A) da confissão, mesmo de quem não dispõe do direito.
- (B) da confissão, revogável por força da lei e do direito.
- (C) da escritura pública, que fará prova plena, mesmo que não conste o local onde foi lavrada.
- (D) das ilações, que a lei tira de um fato conhecido para firmar um fato desconhecido.
- (E) das declarações constantes de documentos assinados, que fazem presunção *juris et de jure*.

30. A interrupção da prescrição dar-se-á

- (A) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal.
- (B) pela apresentação de execução em juízo de inventário.
- (C) por protesto cambial, desde que por despacho do juiz, mesmo incompetente.
- (D) pendendo ação de evicção ou pendendo condição interruptiva, podendo ser interrompida todas as vezes que necessário.
- (E) por protesto de qualquer interessado, e, feita por um credor, não aproveita aos outros.

31. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Diante deste dispositivo, assinale a alternativa que aponte as cláusulas gerais do contrato.

- (A) Autonomia privada, respeito à ordem pública e função social do contrato.
- (B) Boa-fé contratual, força obrigatória, equilíbrio econômico.
- (C) Iniciativa privada, força contratual, função social do contrato.
- (D) Consensualismo, boa-fé contratual, autonomia contratual.
- (E) Relatividade dos efeitos do contrato, boa-fé objetiva, justiça contratual.

32. A fixação do valor devido a título de indenização por danos morais deve considerar o método bifásico, entendido como
- (A) a categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade.
 - (B) o que conjuga os critérios da valorização das circunstâncias do caso e do interesse jurídico lesado.
 - (C) a maximização eventual da arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, além de afastar eventual tarifação do dano.
 - (D) a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral, ou entre outros danos na fixação do valor.
 - (E) os sujeitos colegitimados quando atingidos indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. No caso de julgamento conforme o estado do processo, é correto o que se afirma em:
- (A) Será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, desde que presentes as condições legais.
 - (B) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo.
 - (C) O juiz decidirá todo o mérito, estando vedado um julgamento parcial do mérito, exceto se se tratar de ação de estado.
 - (D) O cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável por apelação.
 - (E) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, fica vedado o julgamento antecipado.
34. A reconvenção é um pedido realizado pelo réu de um processo ao apresentar contestação sobre as alegações do autor na petição inicial. Diante desta premissa, assinale a alternativa correta.
- (A) O sistema processual brasileiro admite a reconvenção sucessiva (reconvenção à reconvenção).
 - (B) Não são devidos honorários advocatícios na reconvenção, ante sua natureza jurídica de incidente processual.
 - (C) A reconvenção não admite pedido genérico ante a necessidade de pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
 - (D) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro, passando o reconvinte a atuar como substituto processual.
 - (E) A reconvenção pode ser proposta contra o autor da ação, mas não contra terceiro ante a necessidade de seu pedido ser conexo com da ação inicial.

35. Assinale a alternativa correta.

- (A) Tem legitimidade para propor a ação rescisória o terceiro juridicamente interessado.
- (B) A ação rescisória deve ter por objeto todos os capítulos da decisão.
- (C) Caberá ação rescisória quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em qualquer processo.
- (D) A propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- (E) Concluída a instrução da rescisória, será aberta vista ao autor e ao réu para razões finais, sucessivamente, pelo prazo de 20 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. É correto afirmar, com base na legislação tributária nacional e na jurisprudência dos tribunais superiores, que **não** se incluem na categoria dos tributos:
- (A) os empréstimos compulsórios.
 - (B) as contribuições previdenciárias.
 - (C) as compensações financeiras pela exploração de recursos minerais.
 - (D) as taxas para custeio do serviço público de coleta de resíduos sólidos.
 - (E) os impostos residuais.
37. A empresa ABC Ltda. adquire da empresa XYZ S/A fundo de comércio relativo a uma lanchonete, com cláusula de não competição pelo prazo de 6 meses e com cláusula de não responsabilização da adquirente por débitos tributários da alienante. No 7º mês, a empresa XYZ S/A abre estabelecimento comercial com as mesmas características do anterior, mas do outro lado da rua em relação à lanchonete vendida.
- Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar, do ponto de vista tributário, que
- (A) a alienação do fundo de comércio transfere à empresa adquirente todos os débitos tributários da empresa alienante, ainda que relativos a outros estabelecimentos.
 - (B) a existência de cláusula de não competição afasta qualquer pretensão da Fazenda Pública de responsabilidade principal ou subsidiária da empresa adquirente por débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido.
 - (C) a retomada da exploração da mesma atividade econômica pela alienante dentro do prazo de 12 meses é suficiente para torná-la responsável principal pela quitação dos tributos relativos ao estabelecimento alienado.
 - (D) a exploração do fundo de comércio adquirido sob outra razão social afasta a responsabilidade da empresa adquirente sobre os débitos eventualmente existentes no momento da aquisição.
 - (E) a existência de cláusula de não responsabilização da adquirente por débitos tributários não pode ser oposta à Fazenda Pública.

38. Quando a declaração não é prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária, determina o Código Tributário Nacional que o lançamento tributário seja realizado
- (A) de ofício pela autoridade administrativa.
 - (B) por homologação da autoridade administrativa.
 - (C) no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.
 - (D) por meio escrito, podendo ser utilizado fax, carta ou edital.
 - (E) mediante procedimento de arbitramento.
39. Sobre a exclusão do crédito tributário, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que
- (A) se trata de espécie de extinção do crédito tributário.
 - (B) se trata da hipótese de suspensão do crédito tributário.
 - (C) materializa o princípio da eficiência tributária.
 - (D) não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.
 - (E) é interrompida pelo protesto judicial.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

40. Considere o seguinte caso hipotético: “A”, servidor público, ao término do expediente, fecha sua seção, mas, inadvertidamente, esquece uma das janelas aberta. “B”, ao constatar que a janela está aberta, aproveita-se da situação, adentra à seção onde “A” trabalha e subtrai um computador.
- Diante apenas das informações contidas no enunciado e nos termos do previsto no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) “A” cometeu o crime de peculato culposo.
 - (B) “B” cometeu o crime de peculato furto.
 - (C) “A” e “B” cometeram o crime de peculato culposo em coautoria.
 - (D) “A” e “B” cometeram o crime de peculato furto em coautoria.
 - (E) “A” não cometeu qualquer crime.

41. Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que contempla apenas crimes contra a administração da justiça.
- (A) Coação no curso do processo, fraude processual e usurpação de função pública.
 - (B) Fraude processual, favorecimento pessoal e desobediência.
 - (C) Reingresso de estrangeiro expulso, denúncia caluniosa e falso testemunho ou falsa perícia.
 - (D) Corrupção passiva privilegiada, coação no curso do processo e Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
 - (E) Denúncia caluniosa, resistência e usurpação de função pública.
42. Assinale a alternativa correta, nos termos da Lei nº 1.079/50 (crimes de responsabilidade).
- (A) Praticar contra os poderes estaduais ato definido como crime é considerado um crime de responsabilidade do Presidente da República contra a existência da União.
 - (B) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.
 - (C) A denúncia do Presidente da República por crime de responsabilidade deverá ser recebida mesmo que este deixe definitivamente o cargo.
 - (D) O Presidente da República será responsabilizado por crime de responsabilidade por denúncia protocolada na Câmara dos Deputados por, no mínimo, cinco representantes de cada partido.
 - (E) A denúncia do Presidente da República por crime de responsabilidade deverá obrigatoriamente ser protocolada no Senado Federal.
43. Assinale a alternativa correta e nos termos do Decreto-Lei nº 201/67 (Prefeitos e Vereadores).
- (A) Os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais estão sujeitos a julgamentos pela Câmara dos Vereadores.
 - (B) O Prefeito que impedir o funcionamento regular da Câmara dos Vereadores estará cometendo um crime de responsabilidade que o sujeitará a julgamento pelo Poder Judiciário.
 - (C) Os crimes de responsabilidade dos Vereadores estão sujeitos a julgamentos pela Câmara dos Vereadores.
 - (D) A Câmara dos Vereadores não poderá cassar o mandato do Vereador apenas pelo fato de ter fixado residência fora do Município.
 - (E) Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, entre outras situações, quando deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

44. Nos termos da Lei nº 1.079/50, é correto afirmar, no que concerne ao processo destinado a apurar os crimes de responsabilidade, que

- (A) recebida a denúncia pela Câmara dos Deputados, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, representantes das cinco maiores bancadas.
- (B) somente os representantes das duas maiores bancadas poderão falar, na sessão que analisará o recebimento da denúncia, durante uma hora, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada indagação.
- (C) proferida a sentença condenatória do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, o acusado poderá permanecer no cargo por mais 30 (trinta) dias, prazo de recurso necessário ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o deputado ou senador não pode interferir, em nenhuma fase do processo de responsabilidade do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, entre outras hipóteses, que, como testemunha do processo tiver deposto de ciência própria.
- (E) recebida a denúncia pela Câmara dos Deputados, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita que emitirá parecer preliminar em sessenta dias sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação.

45. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/67 (Prefeitos e Vereadores), é correto afirmar, no que concerne ao processo de cassação do mandato do Prefeito, que

- (A) nas infrações político-administrativas, o Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça.
- (B) a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer pessoa, eleitor ou não, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.
- (C) de posse da denúncia, o Presidente do Tribunal de Justiça, determinará sua publicação e consultará a Câmara dos Vereadores sobre o seu recebimento.
- (D) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou por publicação na Imprensa Oficial.
- (E) esse processo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

46. Nos termos da Consolidação da Leis do Trabalho, acerca das horas *in itinere*, é correto afirmar que

- (A) o tempo de deslocamento do empregado até a empresa, caminhando ou por qualquer meio de transporte, não deve ser considerado parte da jornada de trabalho do colaborador.
- (B) o colaborador receberá hora extra se o meio de transporte for fornecido pela própria empresa, desde que o tempo de transporte somado ao tempo de trabalho ultrapassar 8 horas diárias.
- (C) a insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas *in itinere*.
- (D) o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho, por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser tempo à disposição do empregador.
- (E) se considera horas *in itinere* o deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que não supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

47. Acerca das férias, assinale a alternativa correta.

- (A) As férias poderão ser usufruídas em três períodos, independentemente da concordância do empregado.
- (B) Os membros de uma família que trabalharem na mesma empresa, não poderão gozar férias no mesmo período.
- (C) As férias poderão ser usufruídas em até três períodos, e um deles não poderá ser inferior a quinze dias.
- (D) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- (E) Com a concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, desde que um deles não seja inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

48. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, cada CIPA será composta de representantes da empresa e dos empregados, sendo correto afirmar que

- (A) os representantes dos empregadores, titulares e suplentes serão eleitos em escrutínio secreto.
- (B) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.
- (C) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em votação secreta, desde que os candidatos sejam filiados ao sindicato.
- (D) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 2 (dois) anos, não permitida a reeleição.
- (E) o empregador designará, dentre os seus representantes eleitos, o Vice-Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Presidente.

49. Assinale a alternativa que trata corretamente sobre exceções de incompetência na Justiça do Trabalho.

- (A) A exceção de incompetência territorial deve ser apresentada no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a sua existência.
- (B) Protocolada a petição da exceção, interrompe-se o processo e não se realizará a audiência até que se decida a exceção.
- (C) Protocolada a exceção, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias.
- (D) A exceção de incompetência territorial deve ser apresentada no prazo de 24 horas a contar da notificação e antes da audiência.
- (E) Protocolada a exceção, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de oito dias.

50. Sobre embargos à execução, assinale a alternativa correta.

- (A) A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou à matéria probatória da fase de conhecimento.
- (B) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação.
- (C) Da sentença proferida em julgamento de embargos à execução, o recurso cabível é o agravo de instrumento, com prazo de 8 dias.
- (D) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas, mas serão exigidas para aqueles que compuseram a diretoria dessas instituições.
- (E) Julgar-se-ão em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

